



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/06/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo fabrica investimento para justificar retrocesso no saneamento

O governo Lula anunciou que os dois decretos que mudam o marco do saneamento devem atrair R\$ 120 bilhões em novos investimentos. No entanto, advogados que militam no setor dizem que se trata de uma engodo.

Esse valor já é o previsto na carteira do BNDES e do FEP, fundo de estruturação de projetos da Caixa Econômica Federal. Referem-se a projetos concedidos e em andamento.

Ao todo, são R\$ 116,8 bilhões em investimentos atrelados a contratos de concessão ou PPP (Parcerias Público-Privada) junto ao BNDES e outros R\$ 2 bilhões em projetos em andamento via Caixa.

Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação. "Trata-se de um engodo midiático", diz Saulo Puttini, ex-diretor do BNDES que atuou na elaboração do marco e hoje é sócio do escritório Levy&Salomão.

Para ele, a mudança proposta [pelos decretos] privilegia estatais de saneamento.

"Especialmente aquelas pouco eficientes. Isso pode levar até a uma fuga de investimentos", disse.

Em discussão no Congresso, as mudanças feitas no marco do saneamento pelos decretos geram controvérsias. O presidente da Câmara, Arthur Lira, é o mais crítico às alterações. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de junho.

Desoneração da folha de pagamento vai a comissão do senado nesta terça

Em reunião nesta terça-feira (20), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, em turno suplementar, o texto substitutivo apresentado ao Projeto de Lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento até 2027 para 17 setores da economia. De autoria do senador Efraim Morais (União-PB), o PL 334/2023 é relatado pelo senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Aprovado na CAE no último dia 13, o projeto precisará passar por uma segunda votação no colegiado, chamada turno suplementar. Se a aprovação se confirmar, seguirá direto para análise da Câmara, a não ser que haja um pedido para votação no Plenário do Senado.

O texto original, em grande parte mantido no substitutivo, altera a Lei 12.546, de 2011, que atualmente prevê a desoneração da folha de pagamentos somente até o final deste ano.

O PL 334/2023 prorroga o benefício até o fim de 2027 para os mesmos setores já previstos na lei em vigor. Para compensar a prorrogação da desoneração, o projeto ainda estende pelo mesmo período o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação, que também, pela lei atual, só vai até dezembro.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. Saiba mais em: CNTI, terça-feira 20 de junho.

Dieese: arcabouço fiscal é 'camisa de força menos apertada' que o teto de gastos

Para o Dieese, a proposta do governo para um novo regime fiscal, apelidada de "arcabouço", é menos restrita, mas mantém a lógica do chamado teto de gastos. Em nota técnica, o instituto destaca, no entanto, um aspecto positivo do projeto, que inclui valor mínimo, corrigido pela inflação, de R\$ 70 bilhões em investimentos.

Para o Dieese, um dos grandes problemas do teto, implementado ainda na gestão de Michel Temer, era a possibilidade de "competição" de gastos, especialmente aqueles com percentuais mínimos obrigatórios, casos de educação e saúde, além dos previdenciários. "Neste sentido, o novo regime 'alivia' esta possibilidade, mas não a elimina; ainda mais depois da inclusão do Fundeb, da capitalização das estatais e do piso da enfermagem, o que poderá ser um problema sério, caso não haja expansão suficiente das receitas, que ocorrerá somente por aumento de impostos ou crescimento econômico", ressalva.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 20 de junho.

Analistas projetam primeiro corte dos juros em agosto, mostra Focus

Analistas anteciparam o primeiro corte da taxa básica de juros para agosto, além de projetarem uma Selic mais baixa tanto no fim deste ano quanto de 2024, segundo pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (19). A divulgação impulsionou a Bolsa brasileira, que encerrou o dia com alta de 0,92%.

O boletim semanal, no qual a autarquia divulga a avaliação de diversos analistas de mercado, também mostrou uma melhora nas perspectivas para a inflação e o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

A primeira redução da Selic, na avaliação do mercado, deve ser um corte de 0,25 ponto percentual na reunião do Copom de agosto. Para o final deste ano, a estimativa é que a taxa básica de juros esteja em 12,25% ao final deste ano —até a semana passada, a projeção era de 12,50%.

As revisões no levantamento vêm na esteira de dados melhores divulgados recentemente, e na véspera do primeiro dia de reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). A expectativa é que o resultado do encontro, a ser divulgado nesta quarta, seja a manutenção da taxa básica de juros no atual patamar, de 13,75%.

Com a reunião no radar de investidores, o dólar caiu 0,95% nesta segunda, a R\$ 4,776 —menor patamar registrado desde maio de 2022.

Em relação a 2024, a expectativa é que a Selic esteja em 9,50% (até a semana passada, a projeção era de 10%), enquanto para 2025 e 2026 a aposta segue em 9,0% e 8,75%, respectivamente.

Depois de a inflação ao consumidor brasileiro ter desacelerado em maio com mais força do que o esperado, levando o IPCA em 12 meses a 3,94%, patamar mais baixo desde outubro de 2020, o Focus mostrou forte redução nas expectativas para os preços.

A alta do IPCA este ano foi revisada de 5,42% para 5,12%. Para o ano que vem, a estimativa caiu 0,04 ponto percentual, para 4%. Em relação aos dois anos seguintes, a projeção é de uma inflação de 3,80% (antes, a estimativa era de 3,90% em 2025 e 3,88% em 2026).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de junho.

Aneel diz que 'jabutis' em regra do Minha Casa pode encarecer conta de luz

Na contramão do discurso em defesa da redução da conta de luz, o Congresso Nacional aprovou na semana passada uma série de medidas relacionadas ao setor elétrico que devem resultar no aumento dos custos para os consumidores.

Segundo manifestação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) enviada ao Ministério de Minas e Energia (MME), à qual o Estadão/Broadcast teve acesso, os "jabutis" - trechos estranhos ao texto original - embutidos na medida provisória (MP) que tratava do programa Minha Casa, Minha Vida têm potencial de impacto anual de R\$ 1 bilhão, a ser custeado pelos demais consumidores por meio de aumentos nas tarifas.

A proposta aprovada pelos parlamentares, que agora vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inclui a instalação de painéis solares nos projetos do programa habitacional.

No entanto, alguns pontos causaram preocupação. Entre eles, estão a compra compulsória dos excedentes de energia elétrica gerada por esses consumidores pelas distribuidoras, a redução mínima de 50% no custo de disponibilidade dos consumidores inscritos no Cadastro Único e a dispensa de licitação para os órgãos públicos na aquisição de excedente de energia das unidades consumidoras de programas sociais ou habitacionais.

Essa não é a primeira vez que medidas do Congresso geram ruídos e, sobretudo, custos para os consumidores de energia elétrica. O mesmo foi feito durante a análise da MP da privatização da Eletrobras.

À época, parlamentares rechearam a medida com uma série de propostas com impactos bilionários aos consumidores. Como, por exemplo, a obrigação de contratar térmicas a gás em localidades sem o insumo e infraestrutura de escoamento e a prorrogação dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 20 de junho.